

Educação sob o tapete

JOÃO FAUSTINO

O investimento maciço em ensino foi um dos tópicos do plano de soerguimento do Japão. Depois de recomençar do zero, a opção educacional permitiu aos japoneses retomarem seus lugares no trem da História. No Brasil, contudo, a história é bem diferente e promete não ter o mesmo final feliz. Aqui, a educação está tão comprometida que comparar nosso desempenho com o de países do Primeiro Mundo se torna um exercício irrealista, a começar pelo tempo de permanência das crianças na escola. A diferença de carga horária entre os estudantes brasileiros e japoneses chega a ser de dois terços. Sem um parâmetro ideal de ensino, não será possível ao País acompanhar a evolução tecnológica que se vem refletindo em todos os campos do conhecimento.

No Brasil, para tentar acomodar a falta de salas de aula com o crescimento da demanda, criaram-se os turnos paliativos de três horas, em que o aluno recebe uma educação precária, que, quando chega aos cursos noturnos, alimenta uma distorção maior: muitos professores fingem que ensinam e muitos alunos fingem que aprendem. Somando a outros problemas igualmente graves, o ensino brasileiro vai gerando só no primeiro grau 82% de evasão escolar, enquanto



o Japão exibe o minúsculo índice de 1%.

Ao contrário dos países do Primeiro Mundo, que fazem investimentos maciços em educação, o Brasil vem engrossando o coro dos contrários a se manter o gigante adormecido em berço que já não é esplêndido e fazendo vista grossa ao número de analfabetos, que pode chegar a atingir 30% da população. A modernidade caminha lado a lado com a educação e, mais do que que comprometer o ensino do País, o descaso está correndo o futuro dos brasileiros.

O Brasil dedica 4% do produto interno bruto à educação, mas o jeitinho brasileiro acaba desviando a maior parte das verbas. Elas não chegam aos estudantes e às escolas, que estão literalmente caindo aos pedaços, e podem formar uma metáfora concreta do sucateamento da educação nacional. O problema vem sendo varrido para debaixo do tapete, sem cerimônia, pelas autoridades governamentais.

O sistema se torna ainda mais perverso quando seu ponto de equilíbrio, os professores, é igualmente relegado. Submetidos a um salário de fome — equivalente a 10% do que ganha um professor de Primeiro Mundo —, os mestres brasileiros gastam mais tempo tentando sobreviver do que a ensinar. Correm de emprego para emprego, sem tempo para reciclar o que foi mal aprendido no segundo grau, também relegado ao sucateamento que atingiu o ensino no todo. O magistério continua sendo, hoje, o carro-chefe da educação, mas não tem força suficiente para

puxar os vagões, porque faltam combustível suficiente e direção precisa.

As propostas alternativas dos Cieps e dos Ciacs, louváveis em sua filosofia básica, menos do que acenar com uma verdadeira restauração do ensino público e uma efetiva reabilitação da criança pobre, têm sucumbido aos apetites eleitorais de seus executores.

Ensino de qualidade e permanência mais prolongada em escolas decentemente equipadas e conduzidas por professores capacitados e motivados para o magistério — afinal, eles existiram ao tempo das escolas normais e responderam pela formação de parte significativa da elite que aí está — compõem a única receita plausível para o País vencer o atraso e resgatar a dívida social que nos humilha perante as nações, neste fim de milênio. Sem a qualificação de seu povo, nenhuma nação elevou até hoje seus indicadores sociais nem estendeu a cidadania ao conjunto de seus habitantes.

Mas, na verdade, constatações como essas esbarram já no óbvio e no lugar-comum. Sabemos todos por onde é preciso começar — até o governo tem reconhecido esporadicamente o imperativo da revolução educacional, em seu discurso. Desafortunadamente, porém, o abismo que separa o discurso da prática parece ser tão grande quanto o que nos afasta do sonhado Primeiro Mundo.

■ João Faustino é deputado federal (PSDB-RN)